A PRESENÇA DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL: do conservadorismo moral das origens até a crítica ao conservadorismo na renovação

Luana Cavalcante Pinho[1]
Islânia Lima da Rocha[2]

RESUMO: O estudo aqui realizado tem como enfoque a temática do conservadorismo no interior do serviço social brasileiro, evidenciando sua presença nas origens da profissão e sua reprodução até a renovação profissional. Para tal, tratamos do conservadorismo presente na sociedade brasileira, explicitado na influência que teve a Igreja católica na constituição da profissão. Tratamos ainda da erosão do serviço social tradicional e da reconceituação enquanto momentos cruciais para a crítica do tradicionalismo, além de que são determinantes para os rumos do processo de renovação profissional. Esta discussão se coloca como importante no atual contexto em virtude do avanço do conservadorismo na sociedade e, consequentemente, na profissão, requisitando cotidianamente de uma postura anti conservadora e que reafirme a importância do fortalecimento de um referencial teórico crítico para enfrentar esta ofensiva.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; Conservadorismo; Reconceituação; Renovação do Serviço Social.

ABSTRACT: The study carried out here focuses on the theme of conservatism within the Brazilian social work, evidencing its presence in the origins of the profession and its reproduction until professional renewal. To this end, we deal with the conservatism present in Brazilian society, explained in the influence that the Catholic Church had in the constitution of the profession. We also deal with the erosion of traditional social work and reconceptualization as crucial moments for the critique of traditionalism, in addition to being decisive for the direction of the process of professional renewal. This discussion is important in the current context due to the advance of conservatism in society and, consequently, in the profession, requiring an anti-conservative posture on a daily basis and that reaffirms the importance of strengthening a critical theoretical framework to face this offensive.

KEYWORDS: Social Work; Conservatism; Reconceptualization; Renewal of Social Work.

1 INTRODUÇÃO

A vinculação genética do serviço social com o conservadorismo é algo consolidado na produção científica da profissão, uma vez que sua história está

1 Doutoranda do PPGSS-UFAL, lua.c.pinho@gmail.com.
2 Docente da FSSO-UFAL, doutoranda do PPGSS-UFAL, is_rocha@hotmail.com.

ligada às saídas conservadoras para o enfrentamento da “questão social” a partir da segunda metade do século XIX. Contudo, o caminho trilhado pela profissão no Brasil possibilitou o afastamento da influência conservadora presente em sua origem, o qual se consolidou através de um projeto profissional crítico que se manifesta no Código de Ética de 1992, no Projeto ético-político e nas Diretrizes Curriculares, cuja presença hegemônica é de uma herança direta do processo de renovação profissional em que foi constituída a *intenção de ruptura*.

Em primeiro lugar, achamos necessário situar o pensamento conservador como uma expressão ideológica que tem seu desenvolvimento na sociedade burguesa. No século XVIII, quando a burguesia adquire a hegemonia política, surgem as ideias conservadoras em contraponto à derrocada da feudalidade. Entretanto, o estabelecimento da sociedade do capital acabou por demonstrar suas contradições e o esgotamento de seu ciclo revolucionário gerou uma série de revoluções democrático-populares que contaram com o protagonismo do emergente proletariado. Nesse contexto, entre 1830 e 1848, o pensamento conservador se refuncionaliza, repudiando qualquer aspiração revolucionária e ganhando sua versão capitalista, cujo o enfoque é aprimorar a sociedade burguesa através de reformas.

Vale ressaltar que o conservadorismo não é estático no tempo, pois ele não é a mera continuidade e persistência de ideias surgidas na Europa entre os séculos XVIII e XIX. Ao contrário, ele continuou se reinterpretando, transmutando-se em explicações e projetos de ação que favorecem a manutenção do capitalismo. E é no bojo da vertente conservadora que se constitui o serviço social.

Em nosso estudo pretendemos nos debruçar sobre a reprodução do conservadorismo na profissão na especificidade do caso brasileiro. Para tal, tentaremos fazer um breve resgate do quadro conjuntural em que se constituiu o serviço social com o intuito de apreendermos por quais vias o conservadorismo se liga geneticamente a esta profissão. Evidenciados estes elementos, apresentaremos a reconceituação como o momento em que o conservadorismo, até então naturalizado, passa a ser contestado, tendo a evicção do serviço social tradicional como pano de fundo. Por fim, apresentaremos o processo de renovação profissional,

uma vez que nele se evidenciam as forças que buscam manter o conservadorismo e as que apontam a necessidade de sua superação.

2 A SOCIEDADE BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XX: o solo conservador em que se germinou o serviço social

O Brasil é um país essencialmente conservador. Tal afirmação pode causar espanto ou um tanto de incômodo, no entanto é o que nos mostra uma breve análise de nossa história. Em nossa formação sócio histórica, pautada no sistema de colonização, até mesmo as ideias liberais não encontraram solo fértil, visto que a estrutura escravista da sociedade brasileira as impediu que se tornassem uma ideologia dominante (MAZZEO, 1995) e o passado legado pela violência da escravidão só pôde se reproduzir através de muita coerção e as mudanças são sempre conciliadas às continuidades.

A industrialização aqui chegou tarde e sofreu resistência de uma sociedade há séculos estabelecida em uma densa estrutura agrária, sendo o operariado inicialmente formado por imigrantes europeus. Estes, até meados de 1930, permaneceram isolados social e politicamente, até mesmo das outras classes dominadas, o que dificultou o avanço das lutas operárias no decorrer da Primeira República, deixando-os à mercê da repressão estatal. A população nativa era empregada massivamente no trabalho no campo: até meados dos anos de 1950, a maioria da população brasileira vivia no campo (NETTO JP, 2014).

É consolidado na literatura da profissão que as determinações universais que fundamentam a emergência da profissão estão vinculadas ao enfrentamento da “questão social”, por parte do Estado e das classes dominantes, no marco do capitalismo monopolista. Entretanto, as determinações universais existem apenas através da mediação de suas formas históricas particulares, o que nos permite identificar tendências na história da profissão a nível mundial que se processam de acordo com a especificidade de cada contexto e momento histórico (BARROCO, 2010). Isso nos impele a procurar na especificidade do caso brasileiro as determinações universais que lhe serviram de lastro.

A relação entre o universal e o particular se evidencia ao analisar a origem da profissão no Brasil. Primeiramente, chamamos atenção ao fato de que o trabalho livre, generalizado no início do século passado, há pouco havia suplantado a escravidão, possibilitando com isso a constituição de um mercado de trabalho aos moldes capitalistas. O fim da escravidão significou para o capital a liberação do custo de reprodução da força de trabalho, custo que a partir de então recaiu sobre o trabalhador e sua família através do assalariamento (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

No entanto, é somente no contexto dos grandes movimentos sociais ocorridos no fim da Primeira Guerra Mundial que a “questão social” se coloca em definitivo para a sociedade brasileira. Não por acaso, datam desse período as protoformas do serviço social no país. É necessário demarcar que ainda se passariam duas décadas até que a profissão obtivesse o reconhecimento enquanto prática legitimada no interior da divisão social do trabalho. Esse processo, cuja dinâmica é relativamente tímida no decorrer da década de 1920, ganha impulso na década seguinte com a mobilização do movimento católico leigo e a gênese do serviço social enquanto um departamento especializado da Ação Social da Igreja (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

> A *Ação Católica* (e, por extensão o Serviço Social) prende-se a um projeto de recuperação da hegemonia ideológica da Igreja – incentivado oficialmente pela hierarquia e tendo como suporte as encíclicas papais –, lutando contra o materialismo liberal e contra a agitação social de cariz anarco-comunista. (CASTRO, 2011, p. 47-48, grifo autorais).

A constituição do capitalismo legou à Igreja grandes perdas. Desde a Contrarreforma, ela teve que ceder aos movimentos políticos e ideológicos burgueses uma parte do monopólio que outrora desfrutava. No Brasil, a Igreja Católica teve sua hegemonia contestada com a proclamação da República e reafirmada no ano seguinte pela primeira Constituição republicana. A fachada ardorosamente liberal e a influência positivista estabelecem na Constituição de 1891 a separação entre Estado e Igreja, além do casamento civil, o ensino leigo e a secularização dos cemitérios (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014), impondo assim um refluxo da zona de influência católica.

Figuram na estratégia para dominação política e ideológica contra a ameaça das ideias marxistas e liberais à hegemonia católica as encíclicas papais *Rerum Novarum* (1891), de Leão XIII, e a *Quadragesimo Anno* (1931), de Pio XI, que cumpriram o papel de instituir uma nova forma de doutrinação e de "ação política da Igreja Católica" (CASTRO, 2011, p. 51). Contudo, é importante observar que ambos os documentos, expressões da doutrina social da Igreja que é proclamada como humanista, guardam conteúdo acentuadamente conservador, "reproduzindo o clima fascista que se respirava no continente europeu" (MARTINELLI, 2011, p.116).

Voltando ao desenrolar da estratégia adotada no Brasil, fica evidenciado que a Ação Católica estava articulada a uma movimentação mais ampla da Igreja, no sentido de reagrupar forças, visando alçar ao seu antigo posto. Em sendo assim, podemos observar que a reformulação da atividade política religiosa comandada pela hierarquia tem seu início a partir da segunda metade da República Velha e terá por bandeira a recuperação dos privilégios e prerrogativas perdidos com o fim do império (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Com isso, não causa espanto que

> as soluções formuladas para a realidade brasileira são ortodoxamente antiliberais e antidemocráticas. As instituições republicanas são consideradas falidas política e socialmente; defendem a necessidade de um regime forte, atribuindo ao Estado autoridade absoluta, desde que sob influência da Igreja. Ordem e hierarquia são as condições indispensáveis para a superação da situação de crise. Sua principal palavra de ordem será a de 'combater toda forma de rebelião', coerente com o crescendo de autoritarismo e arbítrio instalado pelos últimos governos da República Velha. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 154-155).

Esse é o contexto do surgimento das primeiras instituições assistenciais dentro da primeira fase da "reação católica", imprescindíveis para a divulgação do pensamento social da Igreja e a formação das bases organizacionais e doutrinárias do apostolado laico. É importante salientar que as obras que aqui tratamos se diferenciam das atividades tradicionais de caridade mantidas pelas ordens religiosas europeias desde o período colonial, visto que estas – integradas pela militância feminina das grandes famílias das burguesias paulista e carioca – "possuem um aporte de recursos e potencial de contatos em termos de Estado que lhes possibilita o planejamento de obras assistenciais de maior envergadura e eficiência técnica" (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 176). Seus objetivos não eram como outrora o

de socorro aos indigentes e sim o atendimento e atenuação das sequelas do desenvolvimento capitalista, focando principalmente sua atuação para as mulheres e os menores, numa perspectiva embrionária de assistência preventiva.

> A importância dessas instituições e obras, e de sua centralização, a partir da cúpula da hierarquia, não pode ser subestimada na análise da gênese do Serviço Social no Brasil. Se sua ação concreta é extremamente limitada, se seu conteúdo é assistencial e paternalista, será a partir de seu lento desenvolvimento que se criarão as bases materiais e organizacionais, e principalmente humanas, que a partir da década seguinte permitirão a expansão da Ação Social e os surgimentos das primeiras escolas de Serviço Social. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 177).

Ou seja, ainda que estas ações sejam limitadas, elas continham o germe que impulsionará a instituição do serviço social no país. Suas ações, desde o princípio, se diferenciavam das ações de caridade tradicionais, pois visavam a atenuação das mazelas do sistema do capital e não o faziam sem algum aporte estatal. Contudo, é somente quando se estabelece o Movimento Laico, nos marcos da Ação Social, que estas iniciativas se multiplicam (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Na entrada para década de 1930 estavam consolidadas as bases que viabilizaram a origem do serviço social tanto no sentido humano como no organizacional: o apostolado laico e as obras sociais. Um marco nesse processo é a criação do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), instituído pela crescente demanda por uma formação que viabilizasse uma ação mais efetiva e que permitisse maior rendimento às iniciativas e obras filantrópicas promovidas pela classe dominante paulista, sob patrocínio da Igreja. Seu objetivo central consiste na promoção da formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja, assim como também propiciava um aprofundamento dos problemas sociais. Tal conhecimento favoreceria a coordenação de esforços nas diferentes atividades e obras sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Deste modo, as atividades do CEAS serão orientadas para a formação especializada de quadros para ação social e a difusão da doutrina social da Igreja. Não é por acaso que, ainda em 1932, duas de suas fundadoras vão à Europa para estudar a organização e o ensino do serviço social. Essa orientação faz do CEAS um dinamizador do apostolado por meio da organização de associações para moças

católicas e para intervenção direta junto aos proletários. Para tal, são promovidos cursos de filosofia, moral, legislação do trabalho, doutrina social, enfermagem de emergência, entre outros. A intensificação desse processo culminaria na fundação da Escola de Serviço Social de São Paulo, em 1936, a primeira desse gênero a existir no Brasil, fruto da conjunção de esforços desse grupo com o apoio da hierarquia da Igreja (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Com isso, fica evidenciada a presença do conservadorismo moral no contexto de origem do serviço social, a qual ganha materialidade através da formação profissional cujo lastro era a doutrina da Igreja e seu projeto social; mas também na cultura brasileira, por meio das ideias positivistas. Neste cenário, o serviço social expressa uma postura anticapitalista, no sentido romântico, pois suas referências o levam à compreensão de que esta ordem social traz, junto com o progresso, o desajuste: a desintegração da família, da comunidade e dos valores tradicionais. O anticapitalismo presente nesta visão engendra uma forma de análise moralista da realidade social, acarretando numa avaliação dos problemas sociais por meio de suas consequências morais, esvaziando-os de suas contradições fundantes.

Tal análise parte da ideia que há um ciclo vicioso, cujo ponto de partida para o desajustamento é a entrada dos trabalhadores (homens, mulheres e crianças) nas fábricas, tidas como espaços privilegiados para a propagação de “doenças”, tais como o alcoolismo, o afastamento da mulher das funções do lar, a ruptura dos laços comunitários e familiares, redundando em decadência econômica e social (PINHEIRO, 1985 *apud* BARROCO, 2010).

Barroco (2010) observa que o conservadorismo moral presente nesse contexto explicita valores morais e pressupostos teórico-políticos encontrados tanto no positivismo como no neotomismo: fundamentos da formação profissional em sua origem. Apesar de opostos em muitos fatores, o neotomismo e o positivismo confluem em relação a ideologia conservadora e na crença na moral como espaço de enfrentamento da “questão social”. Mais do que isso: em termos ético-morais e ídeo-políticos a presença do positivismo e do neotomismo ultrapassam a formação profissional, estando presentes na socialização primária, momento em que ocorre a internalização de valores, normas de conduta e deveres. No serviço social isso fica

explicito no fato que a profissão se instituiu como exercício feminino de origem católica. Assim,

> A origem social das mulheres que ingressaram nas primeiras Escolas de Serviço Social vincula-se ao pensamento católico e às classes dominantes; como mulheres e católicas, são influenciadas pelos padrões da moral conservadora. As determinações postas por essa origem social e de gênero influem na formação de um perfil potencialmente adequado a atividades educativas, de cunho moralizador. (BARROCO, 2010, p. 76).

Dentro do espectro conservador, a formação moral da mulher lhe atribui virtudes a serem reproduzidas nos papéis por elas exercidos. Daí vem a responsabilidade na formação moral dos filhos. Esta formação moral também habilitaria as mulheres a exercer “profissões femininas”, as quais se requisita mais um perfil moral adequado aos padrões conservadores do que formação técnica e intelectual (BARROCO, 2010). As discussões sobre o tema nos fóruns da categoria ilustram bem o peso que os aspectos morais tinham para a profissão, visto que

> em 1960, aconteceu, de 7 a 14 de julho, em Fortaleza, a X Convenção da ABESS, com o tema: ‘Formação da Personalidade do Assistente Social em todos os Aspectos’. Os aspectos analisados foram a formação psicológica, moral e espiritual. Quanto à *formação moral*, ficou claro que deve ser assumida por todos os membros da escola, que os programas de ética devem conter uma maior fundamentação metafísica e que devem ser melhorados para que possam provocar maior reflexão dos alunos. (AGUIAR, 1995, p. 38-39, grifos autorais).

Tal perfil coadunava perfeitamente com a configuração histórica dos valores e da família na sociedade brasileira do início do século XX. O positivismo e o pensamento católico reforçam a oposição tanto às ideias liberais quanto às socialistas, sendo funcionais à manutenção da família tradicional, negando a participação da mulher na vida pública e reforçando uma conduta moral repressiva que vinculava a mulher a determinados atributos considerados próprios de sua “natureza” (BARROCO, 2010).

E assim se constitui a profissão no Brasil. Em princípio, o serviço social se nutre do pensamento conservador franco-belga, passando a partir de 1940 a sofrer a influência da sociologia americana sem perder referência no humanismo cristão (IAMAMOTO, 1995). O que apresentamos até então constitui o serviço social

tradicional, isto é, a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada realizada pelos agentes profissionais na América Latina, hegemônica e naturalizada até meados dos anos de 1950. Nos anos seguintes, o quadro político e econômico põe em curso diversas mudanças na sociedade, mudanças estas que rebatem no serviço social de modo que evidenciam a obsolescência das práticas tradicionais. O ponto detonador da erosão do serviço social tradicional encontra-se na questão do desenvolvimentismo, pois este foi o fator decisivo que impôs à profissão a necessidade de deixar a posição de apóstolo para ser um agente de mudança social, o que fez das práticas inscritas no desenvolvimento de comunidade a área mais dinâmica do serviço social a partir de então (NETTO JP, 1984; 2011b).

Dito de outra forma, a questão do desenvolvimento estava vinculada à problemática necessidade de promover, em sociedades de passado colonial e com um processo de industrialização desigual – além de tardio em relação aos centros do capitalismo – o acesso aos direitos e à cidadania. Tal necessidade entrava em choque direto com as estruturas político-sociais vigentes: garantidoras do privilégio das elites, mantenedoras da exclusão econômico-social e política das massas, assim como também da posição de dependência do país aos centros imperialistas. Esse foi o cenário de contestação das práticas tradicionais e nele a reconceituação figura como essencial, embora não tendo exclusividade nesse processo (NETTO LE, 2011). Buscaremos em seguida trazer algumas considerações sobre a derrocada do serviço social tradicional, sobre a reconceituação, bem como o processo de renovação profissional, pois esses elementos são essenciais para a crítica ao conservadorismo no interior da profissão.

3 A EROSÃO DO SERVIÇO SOCIAL TRADICIONAL E A RECONCEITUAÇÃO: momento privilegiado de crítica ao conservadorismo e dinamizador do processo de renovação profissional

Netto JP (2005), ao tratar sobre a Reconceituação, chama a atenção ao fato que ela não pode ser compreendida sem que façamos sua devida inscrição no contexto global ao qual pertence, uma vez que ela é parte de um processo maior de crítica ao tradicionalismo. Segundo o autor, na segunda metade dos anos de 1960,

em todos os países em que o serviço social havia se institucionalizado, a profissão enfrentou a erosão das práticas tradicionais. Este desgaste atingiu não somente a prática empirista, reiterativa, paliativa, burocratizada e orientada por uma ética liberal-burguesa que caracterizava o serviço social tradicional: também foram atingidos por essa crise os discursos teóricos e pseudoteóricos que o legitimavam, o que acabou minando suas bases.

O nascedouro desta crise, a sua base material, está no exaurimento das ondas longas de crescimento que haviam sido garantidoras das três décadas gloriosas no Pós-Segunda Guerra. Esta conjuntura tencionou as estruturas sociais do mundo capitalista, tanto do centro quanto da periferia, permitindo um momento favorável para a mobilização das classes subalternas em favor de seus interesses imediatos.

> Nas suas variadas expressões, aqueles movimentos punham em questão a racionalidade do Estado burguês, suas instituições e, no limite, negavam a ordem burguesa e seu estilo de vida; em todos os casos, recolocavam na agenda as ambivalências da *cidadania* fundada na propriedade (privada) e redimensionavam a atividade *política*, multiplicando os seus sujeitos e suas arenas. (NETTO JP, 2005, p. 07, grifos autorais).

Sendo assim, em última instância, essa dinâmica social colocava em pauta os debates sobre o “rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora e exploradora” (FALEIROS, 1987 *apud* NETTO JP, 2005, p. 09).

Deste modo, a crítica ao tradicionalismo que a reconceituação inscreve está intimamente ligada ao circuito sociopolítico da América Latina na década de 1960, gestado desde a década precedente e que afetou profundamente os padrões de dominação aqui vigentes. Tal inscrição, ligada umbilicalmente ao desenvolvimentismo, questionava a contribuição que poderia dar o serviço social para o enfrentamento da “questão social” naquele contexto. Esse debate também suscitava o questionamento do quão adequados eram os procedimentos tradicionais em nossas realidades regionais e nacionais, como também a pertinência de seus fundamentos, além da relação entre a profissão com os novos protagonistas que há pouco haviam surgido na cena político-social (NETTO JP, 1984; 2005). Ou seja,

estava posto que o conservadorismo – geneticamente naturalizado nas práticas tradicionais – enfrentava uma dura crise do ponto de vista de suas bases teóricas, como também da sua capacidade de responder às demandas postas no cotidiano profissional.

Netto JP (1984) adverte ainda que há duas notas que singularizam a reconceituação e que precisam ser mencionadas. A primeira diz respeito ao caráter heteróclito que permeou a gênese e o envolver do movimento de reconceituação, visto que ele sempre agrupou tendências heterogêneas, agregando inclusive tendências conflitantes. Isso fez com que o movimento se desenrolasse de modo ambíguo, gravitando ora entre a proposta de adequação da profissão às demandas institucionais (tendência modernizadora) e ora se aproximando de uma alternativa que postulava a prática sob uma nova ótica (tendência de ruptura). A segunda nota é a efemeridade com que se processa a reconceituação: o lapso temporal extremamente reduzido em que se desenrola – por volta de uma década, entre 1965 e 1975 – é pouco para todo e qualquer processo de transformação ou ruptura tenha incidência de modo que se permita uma avaliação mais profunda.

A heterogeneidade presente na primeira nota repercutirá no processo de renovação profissional, posto em curso a partir da década de 1960 e que teve como elemento dinamizador as mudanças sociais engendradas pela autocracia burguesa. A instauração da autocracia burguesa foi um fator determinante para a erosão do serviço social tradicional, pois sua dinâmica – sobretudo com a alavancagem da industrialização pesada – impunha demandas de intervenção sobre a “questão social” que ultrapassavam o receituário do serviço social tradicional, “basicamente concretizados nos ‘processos’ das abordagens individual e grupal” (NETTO JP, 2011b, p. 137).

A tendência que visa o atendimento das demandas institucionais se cristalizou nas duas primeiras perspectivas do processo de renovação profissional: a modernizadora e a de reatualização do conservadorismo. A primeira expressa o esforço dos agentes profissionais no sentido de adequar o serviço social como um instrumento de intervenção a ser operacionalizado nos processos sócio-políticos de desenvolvimento capitalista após o golpe de 1964. Para tal ela faz uso de uma nova

fundamentação teórica: o estrutural-funcionalismo norte-americano que lhe confere o caráter modernizador. Contudo, suas profundas vinculações com a ordem sociopolítica estabelecida pós-golpe de 1964 faz com que esta perspectiva se reporte aos valores e concepções tradicionais, mas o faz inserindo-os em molduras modernas, estabelecendo assim o lastro eclético do qual é portadora.

Já a perspectiva de reatualização do conservadorismo condensa o segmento profissional mais impermeável às mudanças. “Trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão” (NETTO JP, 2011b, p. 157). Dadas suas reservas ao referencial positivista – assim como também ao referencial marxista – a reatualização do conservadorismo, a partir de uma visão de mundo oriunda do pensamento católico, é legatária das características que conferiram ao serviço social o traço microscópico de sua intervenção. Por isso, “nas formulações dos profissionais de que ora nos ocupamos, o Serviço Social é posto como uma intervenção que se inscreve rigorosamente nas fronteiras da ajuda psicossocial” (NETTO JP, 2011, p. 206), centrando a prática no indivíduo. Deste modo, o caráter renovador desta vertente consiste no esforço de adequar o passado sobre bases intelectuais mais sofisticadas, provenientes da fenomenologia.

Assim, podemos afirmar que a vertente modernizadora e a reatualização do conservadorismo, resguardadas suas particularidades, têm algo comum: ambas, por diferentes itinerários, reafirmam o conservadorismo presente no serviço social tradicional, repondo-o sobre reclamadas novas bases teóricas. A crítica real ao tradicionalismo só se efetiva quando a tendência que indicava a necessidade de rompimento se cristaliza, o que ocorre na terceira direção do processo de renovação profissional: a intenção de ruptura.

> Ao contrário das anteriores, esta [vertente] possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho ‘tradicional’ e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador). (NETTO JP, 2011b, p. 159).

Assim, a perspectiva de intenção de ruptura opera um resgate crítico das tendências presentes no momento anterior ao golpe de 1964 e que supunham profundas rupturas político-sociais para que se adequassem as respostas profissionais ao que demandava o desenvolvimento brasileiro. Sua elaboração fica por conta de docentes e profissionais cuja formação se deu entre as vésperas do golpe e o recrudescimento da fascistização com o AI-5. Ou seja, a formulação desta perspectiva pressupõe desdobrar o serviço social institucional para então configurar um projeto de intervenção respaldado nas forças sócio-políticas filiadas aos movimentos populares e de massa (NETTO JP, 1984; 2011b). Assim, a perspectiva de intenção de ruptura, "expressa geneticamente, no plano do serviço social, as tendências mais democráticas da sociedade brasileira próprias da década de sessenta" (NETTO JP, 2011b, p. 257), sendo o eco da afirmação protagônica do proletariado e de seus aliados.

A perspectiva de intenção de ruptura se particulariza no processo de renovação do serviço social pela sua recusa de substratos teóricos que atualizam a base tradicional da profissão, o que implicava em uma mudança em aspectos superficiais e formais sobre uma mesma base: o conservadorismo. A adoção de um referencial teórico crítico, o pensamento de Marx, impulsionou uma prática em que as bases conservadoras da profissão foram fragilizadas. Mas, não devemos ter ilusões sobre o fim da influência conservadora no serviço social. A adoção do referencial crítico possibilita o esclarecimento das relações entre a profissão e o conservadorismo, evidenciando que o pensamento conservador é um dos referenciais possíveis para servir de fundamento para o serviço social, mas não é o único (SANTOS, 2007).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos em nosso estudo que o serviço social tem sua origem vinculada à perspectivas conservadoras, como a doutrina social da Igreja católica e fundamentos filosóficos como o neotomismo e o positivismo. Sendo assim, a profissão percorreu um longo caminho até conseguir fazer uma crítica de sua atuação e de sua história, o que só foi possível com as bases lançadas pela reconceituação. No entanto,

somente com as mudanças no corpo da sociedade postas em curso com a autocracia burguesa é que o serviço social pode se renovar e abandonar as práticas tradicionais até então naturalizadas.

A contemporaneidade tem se desenrolado de crise em crise e em nossa análise compreendemos que os momentos de crise suscitam o fortalecimento de ideias conservadoras. Nessa linha de análise, é inegável – não só no Brasil como em vários outros países mundo a fora – o florescimento dos ideais conservadores, manifestos na política com a eleição de presidentes que abertamente atacam os direitos humanos e defendem o armamentismo e a guerra como medidas de proteção para seus países. Também é uma marca desse período o recuo dos direitos sociais, já tão desgastados nas últimas décadas, além da persistência do desemprego crônico e de um mercado de trabalho de vínculos cada vez mais frágeis.

Este cenário nada animador impõe vários desafios para o serviço social. No Brasil, antagonizando com as conquistas coletivas das últimas décadas, a profissão tem enfrentado um verdadeiro levante conservador, que tem ganhado força com o retorno de ideias de extrema direita e anticomunistas. Na esteira de movimentos como o “escola sem partido”, e outros que defendem um serviço social “libertário” ou sem Marx têm surgido, o que nos traz a necessidade da defesa do projeto profissional crítico e do fortalecimento dos pilares da formação profissional – tão abalados nos últimos anos pelas políticas de sucateamento do ensino superior e do crescimento do ensino à distância.

Dentro do processo de renovação, a perspectiva de intenção de ruptura é a única vertente que consegue de fato superar algumas amarras do tradicionalismo. Para tal, foi imprescindível a adoção de um referencial crítico e coube à tradição marxista este papel. Contudo, vivemos um momento bastante difícil, no qual o pensamento conservador tenta pôr em cheque as conquistas que a profissão obteve nos últimos anos. Por sorte, para esta batalha o serviço social conta com uma densa produção teórica, na qual está feita a crítica de suas antigas práticas e possibilitando uma prática em que a profissão compreenda seus limites e possibilidades.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. G. de. **Serviço social e filosofia:** das origens a Araxá. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

BARROCO, M. L. S. **Ética e serviço social:** Fundamentos Ontológicos. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CASTRO, M. M. **História do serviço social na América Latina**. 12. ed. Trad. José Paulo Netto e Balkys Villalobos, São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V. Conservadorismo e serviço social. In: **Renovação e conservadorismo no serviço social:** ensaios críticos. 3 ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995, p. 17-53.

_____. CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MARTINELLI, M. L. **Serviço social:** Identidade e Alienação. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MAZZEO, A. C. **Burguesia e capitalismo no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

NETTO, J. P. **A crítica conservadora à reconceptualização**. Serviço Social e Sociedade, ano. II, nº 5, p. 59-75, São Paulo, 1984.

_____. **A pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **O movimento de reconceituação:** 40 anos depois. Serviço Social e Sociedade, ano. XXVI, nº 84, p. 05-20, São Paulo, 2005.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

NETTO, L. E. **O conservadorismo clássico:** Elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.